

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

14 de dezembro de 2021



O governo, mais uma vez, trabalha a favor do vírus. Agora na discussão sobre o passaporte da vacina. Pra mostrar que não se rende, ao invés de adotar o mesmo procedimento dos outros países passando a exigir o comprovante de vacinação para a entrada do país, resolve não aceitar a recomendação da Anvisa e da Defensoria Pública da União, e complica o processo.

Pela **Portaria 661/2021**, os viajantes que não possuírem o comprovante de vacinação poderão ingressar no território brasileiro, desde que aceitem a realizar quarentena de 5 dias ao chegar ao seu destino final. Uma solução que tem tudo para não dar certo, dada as dificuldades para o controle e monitoramento dessa quarentena. Mas o Ministro Barroso, do STF, decretou a obrigatoriedade do passaporte da vacina.

O atual ministro da Saúde, por sinal, tem nos lembrado o não-saudoso general Pazuello que afirmou: **É simples assim: um manda e o outro obedece**. Para seguir a cartilha negacionista do presidente, contra o passaporte da vacina, Queiroga afirmou que: **As vezes é melhor perder a vida do que liberdade**. A frase está sendo bastante criticada, mas na verdade revela a essência desse governo: liberdade para morrer. Está aí o trágico exemplo da pandemia com mais de 615 mil mortes.

O Congresso, por sua vez, fatiou e promulgou parte da PEC dos Precatórios (**Emenda Constitucional nº 113**), liberando mais R\$ 65 bi no Orçamento de 2022. A parte promulgada havia consenso nas duas casas. A parte com alterações do Senado, deverá ser discutida novamente na Câmara. Emenda Constitucional 113

Foi promulgado o **Decreto 10.888/2021**, que torna as emendas de relator do orçamento mais transparentes e determina a publicidade dos direcionamentos orçamentários em até 90 dias. Mas o orçamento secreto distribuído esse ano e passado continuará secreto.

Última semana antes do recesso, previsto para iniciar no dia 22 de dezembro, mas não temos descanso. O Presidente da Câmara já acenou para os fundamentalistas, perguntando o que seria prioritário para ser aprovado até o final do ano. Entre as pautas reivindicadas o Escola sem partido, a restrição do direito ao aborto e da união homoafetiva e a flexibilização do porte de armas.

Em tempo: Centenas de associações e consórcios de gestores públicos, organizações, fóruns, redes, plataformas da sociedade civil, conselhos nacionais de direitos, entidades sindicais, associações de juristas e economistas e instituições de pesquisa acadêmica que integram a **Coalizão Direitos Valem Mais e a Plataforma DHESCA realizaram ato político na Câmara, para protocolar o pedido de impeachment do ministro da Economia Paulo Guedes.** O pedido apresenta dados e argumentos que configuram crime de responsabilidade do Ministro durante a gestão da pandemia.

Resultados da semana

06 a 10 de dezembro

SENADO

2 A **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ)** aprovou o substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família para o **PL 3256/2012**, de autoria do senador Humberto Costa (PT/PE), que inclui, entre os critérios para recebimento do benefício eventual previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93, de situações de violência doméstica, física, sexual ou psicológica, além de ameaça à vida.

Veja [aqui](#) outros Resultados da Semana.

Em pauta na semana

13 a 17 de dezembro

Na pauta da **Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado** (CSPCCO), o **PL 4297/2020**, de autoria da Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e outras 3, que dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal. O **parecer**, do deputado Marcelo Freixo (PSB/RJ) é pela aprovação.

Na pauta da **Comissão de Seguridade Social e Família** (CSSF), o **PL 3391/2019**, de autoria do deputado Fábio Faria (PSD/RN), que dispõe sobre a prioridade na assistência psicológica às mulheres que sofreram aborto espontâneo, nos casos permitidos em Lei ou na ocorrência de óbito perinatal.

A relatoria é do deputado Hiran Gonçalves (PP/RR). O **parecer** é pela aprovação deste, dos apensados PL 3649/2019, PL 1372/2020, PL 5041/2020, PL 4899/2020 e do PL 5576/2020, na forma do Substitutivo adotado pela CMULHER.

A pauta da semana completa está neste **[link](#)**.

Propostas que tiveram andamento

O Plenário da Câmara rejeitou o requerimento que solicitava regime de urgência para o Projeto de Lei 1595/19, do deputado Vitor Hugo (PSL-GO), que regulamenta as ações estatais para prevenir e reprimir ato terrorista no Brasil. Foram 228 votos favoráveis e 199 contra. Para o requerimento ser aprovado seriam necessários um mínimo de 257 votos à favor.

Novas propostas apresentadas

Exigência de exame de gravidez no ato de demissão

PL 4302/2021, de autoria do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para exigir exame de gravidez no ato de demissão.

Mais cinco propostas no campo da violência: novos tipos penais, cirurgias reparadoras, capacitação de profissionais e campanhas

PL 4292/2021 Carlos Bezerra (MDB/MT), altera o Código Penal para tipificar o crime de molestamento sexual, mediante violência, grave ameaça ou violência presumida.

PL 4291/2021 Carlos Bezerra (MDB/MT), trata da prestação de serviço de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

PL 4282/2021, de autoria da deputada Joice Hasselmann (PSL/SP), estabelece diretrizes para capacitação de profissionais de segurança pública e militares das forças armadas, em matérias relativas à violência contra mulher.

PL 4313/2021, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), cria a Campanha Contra o Assédio e a Violência Sexual nos locais de prática desportiva.

PL 4306/2021, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), determinando que todos os meios de transporte de passageiros ficam obrigados a afixar placas e fazer publicidade do combate à violência contra a mulher.

PL 4360/2021, de autoria de Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE), institui, no âmbito nacional, o Programa de Microcrédito para Mulheres e dá outras providências.

Vale a pena conferir!

Observatório de Direitos Humanos – Crise e Covid-19: [Cesta de Direitos - Corpos, territórios e direitos: a luta por uma sociedade mais justa nos tempos de Covid-19](#)

Criola: [Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva 2020-2021](#)

Instituto Marielle Franco: [Pesquisa Violência Política de Gênero e Raça no Brasil 2021](#)

5



Radarelaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).